

126066

## VENENOS E ANTÍDOTOS EM OS LUSÍADAS

OSWALDO DE OLIVEIRA RIEDEL

No consenso dos que apreciam o poema, este jamais deveria ser dissecado, como obra de arte que é. Deve ser evidentemente sentido para que o leitor lhe possa captar, em sua plenitude, o ritmo e a mensagem.

Machado de Assis nos ensina que, a exemplo do poleá enlevado com o inseto das “asas de ouro e granada”, também nós deveríamos contemplar a obra de arte “como alguém que ficou deslumbrado de tudo, sem comparar, sem refletir”.<sup>1</sup> Advertência oportuna aos espíritos analíticos afeitos à perquirição da quinta-essência em produções de criatividade artística.

Se isto é aceito — acreditamos — sem contestação, que dizer quando estivermos diante de poesia cuja universalidade nos deixa perplexos e nos esmaga mercê de sua pujança? *Os Lusíadas* estão neste caso como obra ciclópica e manancial de ensinamentos cada vez melhor compreendidos e admirados.

Mas é possível seja esse, paradoxalmente, o motivo de não terem sido poucos os que, no tempo e no espaço, lhe procuraram esquadrinhar estâncias e versos. Movidos, é de supor, pelo sincero propósito de mostrar como o vate genial, mente humanística por excelência, soube traduzir em linguagem poética a síntese do conhecimento das artes e ciências de sua época.

O objetivo da presente pesquisa foi o de respigar as expressões veneno e antídoto em *Os Lusíadas*, vasta seara onde tantos já colheram tanto. Despretensiosa tentativa de quem, vinculado à Toxicologia por dever de ofício, não resistiu à curiosidade de verificar se, naquela epopéia imane, existiria alguma referência aos agentes tóxicos e contravenenos.

Por que o autor de *Os Lusíadas* teria preferido, ao invés de tóxico, o sinônimo veneno?

O que hoje para nós significa veneno, era *pharmakon* na Hélade clássica. Razão pela qual Aristóteles, quando escrevia *toxikon pharmakon*, queria referir-se à seta envenenada. *Toxikon* era arco e, por extensão, flecha ou seta.<sup>2</sup>

Mas houve mutação semântica: *pharmakon* adquiriu conotação de medicamento e *toxikon* passava a ser empregado, no linguajar comum, com o significado de veneno. Até que a hegemonia de Roma fez *toxikon* cair em relativo esquecimento.

Pouco mais de milênio e dois séculos depois seria *toxikon*, porém, exumado para ingresso no âmbito da Ciência. Porquanto no ano de 1678 Benjamin Scharf publicaria em lena, Alemanha, seu tratado sobre venenos e envenenamentos. Chamou-lhe Toxicologia e mandou imprimir essa palavra, como título, em caracteres gregos.<sup>9</sup> Conferiu-lhe assim o cunho de neologismo científico, que daí em diante seria aceito sem discrepância e até hoje se mantém.

Desde quando Luis Vaz de Camões expirara, fazia portanto quase uma centúria na ocasião em que toxicologia e vozes cognatas começaram a ter livre trânsito na terminologia erudita.

Na Roma antiga eram de uso corrente *venenum*, com seus múltiplos derivados, e *potio*. O que naturalmente não impediria fossem agasalhados também *toxikon* e *toxicum*, de inofismável importação helênica.

Etimologicamente, *venenum* está ligado a Venus. Certos filtros mágicos, sob a égide da deusa do Amor, nada mais eram que decocções de ervas, algumas das quais tóxicas, filtros esses vendidos por bom preço a simplórios pelos espertalhões supostamente versados em bruxaria. Por incluirem ingredientes nôxios, essas beberagens soiam ser fatais quando ingeridas em superdosagem, o que as aproximava dos medicamentos. Aliás, *venenum*, para o romano de então, era sinônimo de remédio e, no sentido figurado, o de língua viperina do maledicente.<sup>13</sup>

Quanto a *potio*, de que nos veio para o vernáculo a palavra poção, era também usada na acepção de filtro mágico ou de bebida medicinal. Ressurgiu como *poison* ou *poison*, com diversificação prosódica para franceses e ingleses, e como *ponzoña* ou peçonha, respectivamente, para os de língua espanhola e para os do idioma luso. É curioso observar que na atualidade *venom* (inglês) e *venin* (francês) correspondem a *ponzoña* ou peçonha e não a veneno, como poderia sugerir o étimo.

Camões não fez referência a peçonha em *Os Lusíadas*.<sup>4</sup> Nem especificamente, nem como símile de veneno. Talvez porque, no Portugal renascentista, fosse essa palavra mais usada, popularmente, para designar líquidos de efeitos tóxicos segregados por artrópodes ou ofídios venenosos. Quando aí citou as

víboras, fê-lo apenas para localizá-las na “ardente areia” do deserto africano, e não para comentar-lhes a insidiosa e letal picada:

“*Tornada ja de todas a mais fea  
De biueras encheste a ardente area.*” (V, 11)

Veneno, adjetivado ou não, ocorre no sentido figurado em quatro estâncias:

“*Tremendo fica o atonito Agarene  
Salta da cama, lume aos servos pede  
Laurando nelle o feruido veneno*” (VIII, 51)

ou ainda:

“*Inventara traições & uãos venenos  
Mas sempre (o ceo querendo) farâ menos.*” (X, 17)

e também:

“*O recado que trazem he de amigos:  
Mas debaixo e veneno vem cuberto  
Que os pensamentos erão de inimigos  
Segundo foy o engano descuberto.*” (I, 105)

ou finalmente:

“*Os Bramenes se encherão de ódio tanto,  
Com seu veneno os morde enveja tanta,  
Que persuadindo a isso o povo rude,  
Determinão matalo em fim de tudo.*” (X, 116).

Venenoso é termo empregado pelo poeta na acepção de traiçoeiro, odiento, perfido, invejoso e, consequentemente, no sentido figurado:

“*Prometelhos o Mouro, com tenção  
De peito venenoso, & tão danado:  
Que a morte se podesse neste dia,  
Em lugar de Pilotos lhe daria.*” (I, 70)

Veneno, em seu significado real, é citado apenas duas vezes. Na primeira delas afirma Camões:

“*Que o veneno espalhado pelas veas  
Curã no aas vezes asperas triagas*” (IX, 33).

Na Renascença o fígado ainda era considerado o centro da circulação sangüínea. Nele o sangue misturava-se com o quilo, trazido pelas veias mesaraicas. Daí então se espalharia por intermédio das veias, únicos vasos onde fluiria o sangue. As artérias veiculariam o ar (onde seu nome), carreando o espírito vital e chegando, pelos pulmões por intermédio da arteria vena-

*lis*, ao coração. Câmões nada mais fazia portanto senão repetir, naqueles versos, o que para os médicos seus coevos era admitido como absoluta verdade científica. Somente em 1628 o inglês William Harvey, no *Exercitatio Anatomica de Motu Cordis et Sanguinis in Animalibus* e depois em 1661 o italiano Malpighi com a descoberta dos capilares (que davam suporte concreto às hipotéticas anastomoses admitidas por Harvey), tornariam insustentáveis e superadas as conceituações medievais da fisiologia do aparelho circulatório.<sup>5</sup>

A segunda vez na qual o vate faz a citação de veneno em seu sentido real é quando se refere à planta, então misteriosa,

“*Cujo pomo contra o veneno urgente  
He tido por Antídoto excelente.*” (X, 136)

Veneno urgente, como o está a indicar a adjetivação, era aquele que matava com rapidez e, por isto, exigia pronto e eficaz tratamento antidóntico. Esse urgente do vernáculo corresponde ao inglês *quick*, colocado nos lábios de Romeu por Shakespeare<sup>6</sup> ao descrever-lhe o suicídio:

“..... *O true apothecary!*  
*Thy drugs are quick* .....”  
(Ato V, cena II, 119-120)

Apesar de venenoso, como qualificativo de setas, aparecer em duas estâncias, numa delas, apenas, é evidente a acepção real:

“*As setas venenosas que fizeste*” (X, 44)

é referência às que a “opulenta Malaca” distribuira aos malaios e jaus. Mas quando o aedo afirma que

“*Isto acontece aas vezes quando as setas  
Acertão de leuar ervas secretas*” (IX, 33).

fica patente o sentido figurado, porquanto essas flechas seriam desferidas pelos “meninos voadores”, isto é, pelos Cupidos. (IX, 29)

As longas travessias oceânicas, as remotas possibilidades das caravelas abicarem em abras favoráveis onde pudesse reabastecer-se de água potável e víveres acarretavam para os nautas lusitanos, além do escorbuto (realística e corretamente descrito nas estâncias 81 e 82 do Canto V), as temíveis intoxicações alimentares.

Di-lo com mestria o vate imortal quando recorda de maneira objetiva como as tripulações iam, a duras penas,

*"Vencendo os torpes frios no regaço  
Do Sul & regiões de abrigo nuas,  
Engulindo o corrupto mantimento  
Temperado com hum arduo sofrimento" (VI, 97)*

ou, de modo mais incisivo ainda:

*"Corrupto ja & danado o mantimento  
Danoso e mao ao fraco corpo humano." (V, 71)*

Pode-se especular se tais intoxicações alimentares seriam ou não produzidas por micotoxinas, hoje objeto de acurado e exaustivo estudo pelos sanitários e toxicólogos. Não parece destituída de fundamento essa hipótese, consideradas as condições de ambiência precária, do ponto de vista higiênico, nas embarcações que singravam, na época, o "mar oceano".

Remédio ou medicina (e daí meizinha ou meizinha), aparecem no sentido figurado:

*"Ja não vera remedio ou manha boa" (X, 17)*

ou ainda em

*"Day lugar altas & ceruleas ondas  
Que vedes Venus traz a medicina  
Mostrando as brancas vellas & redondass  
Que vem por cima da agoa Neptunina." (IX, 49)*

Não assim, no entanto, quando o poeta especifica:

*"E se buscando vas mercadoria  
Que produze o aurifero Levante,  
Canella, Crauo, ardente especiaria,  
Ou Dropa salutifera, & prestante." (II, 4)*

versos nos quais estão condenadas, em admirável síntese, drogas e especiarias que o lusitano trazia do longínquo e fabuloso Oriente. Desde a pimenta "do Reino", açafrão e noz moscada e passando pelos produtos vegetais ora utilizados como condimentos ora como ingredientes de medicamentos como a canela e o cravo, às drogas de estrito uso medicinal.

Tais drogas exóticas, "salutíferas e prestantes", contribuiam para ser aumentado o número já de si avultado de componentes dessas polifarmácias, as teriagas ou triagas que Luis Vaz de Camões qualificou de ásperas e não considerava infalíveis. (IX, 33)

Vinha de longa data o uso desses electuários, pretensos antídotos. Eram conhecidos há muitos séculos quando Andrônmaco, médico do imperador Nero, procurou aperfeiçoá-los e lhes redigiu a receita em versos elegácos.<sup>11</sup>

O nome teriaga se deve a Nicandro de Colofônia, o qual o derivou de *therion*, animal feroz. Quiçá por causa das víboras secas que entravam na composição desse suposto antídoto. Ou talvez por ser este empregado, dentre outros, também no tratamento de mordidas por animais peçonhentos, hoje ditos venenosos.<sup>12</sup>

Na farmacopéia francesa ou *Codex Medicamentarius Gallicus*, em sua edição de 1837, ainda figuravam os componentes do electuário teriacal. Constavam de raízes, lenhos, cascas, folhas, sumidades floridas, sementes, gomas, resinas de plantas européias e dos trópicos, e mais betume da Judéia, bálsamo de Meca, miolo de pão, carne seca de víbora, mel de abelhas e vinho da Espanha. Ao todo, setenta e um ingredientes.<sup>7</sup>

Quase cinqüenta anos depois persistia seu uso, embora da fórmula tivesse sido alijada uma vintena de componentes.<sup>8</sup> E ainda em pleno século vinte, em 1905 para ser mais preciso, procurava-se justificar a racionalidade da "vitalização" (assim crismada) na teriaga: as dezenas de drogas reagiriam entre si e se integrariam reciprocamente para maior eficiência terapêutica do conjunto...<sup>3</sup>

Camões aportou em setembro de 1553 a Goa. Pôde aí privar da amizade de Garcia d'Orta, autor de *Colóquio dos Simples*, médico ilustre e abalizado pesquisador das drogas oriundas da flora e fauna indianas.

Dessa amizade talvez adviesse o conhecimento demonstrado pelo poeta acerca de particularidades concernentes aos cocos das Maldivas, considerados na época precioso e raríssimo antídoto universal.

Em rápidas e vigorosas pinceladas sintetizou-lhes Camões proveniência e utilidade:

"Nas ilhas de Maldiva nace a pranta  
No profundo das agoas soberana,  
Cujo pomo contra o veneno urgente  
He tido por Antídoto excelente." (X, 136)

Note-se o modo cauteloso e reticente do poeta quando afirma que esse coco "he tido (*sic*) por Antídoto excelente". Garcia d'Orta usou de semelhante prudência. No Colóquio 16 Ruano, interpelando Orta, "queria saber de coquo q levā ha Portugal q dizem (*sic*) das maldivas que he contra apeçonha". O cientista não é, no entanto, categórico. Explica apenas que sabe de oitiva e por intermédio de "muytas pessoas dinas de fee", ser "muyto bō pera apeçonha", bem como para "cólica" (cólera-morbo?), "perlesia gota Coral" (epilepsia) e "muytas enfermidades de neruos".

Como profilático era bebida a água “deitada no mesmo coquo deitando nelle hu pouco de miolo, o que andasse nelle muitos dias”.

Mas Garcia d'Orta não acreditava, ao que parece, na eficácia desse pretenso antídoto, pois que “contra apeçonha que he o principal nã o usey porq ha outras milhoes mezinhas asi como sam pedra bazar triaga pao de cobra... contra erva esmeraldas terra sagillata e porque cõ estas me achei bem não quis esprementar estoutros”.

O mesmo autor confessava que, a rigor, ninguém sabia de onde provinham esses cocos: “... me dixe um Purtugues que sabe muyto das ilhas Maldivas que nunqua pesoa algua vio ho arvore que da estes coquos se não que ho mar os deita de si.”

Isso porém não impedia Orta de dar a seu interlocutor, Ruano, a explicação da origem desses discutidos frutos: “A fama comum he que estas ilhas Maldivas eram terra firme, e por sêre baxas se alagaram, e ficaram alhi essas palmeiras, e que de muyto emvelhecidas se fizerão tā grandes coquos e tā duros enterrados na terra que he agora coberta com ho mar, não tem folhas nem tronco por onde se possa comprender se he da mesma especia...”

Sabemos hoje que esses cocos das Maldivas, ou cocos-do-mar, são frutos da *Lodoicea sechellarum*, palmeira nativa somente em três ilhas do grupo das Seychelles, no Oceano Índico. O arquipélago fora assinalado desde 1502 em mapas lusitanos.<sup>14</sup> Mas, tudo leva a crer, ficou desconhecido da maioria dos que, nos séculos XVI e XVII, buscavam o caminho das Índias Orientais. Por ter sido preferida a rota paralela à costa africana do Oceano Índico, supõe-se.

Esses cocos, de avantajado tamanho, eram levados das Seychelles às Maldivas graças a correntes marítimas. Aparecendo aí de inopino, como que arrancados das profundezas abissais do mar, suscitavam as fantásticas interpretações acima referidas quanto à sua gênese.

Atribuíam-se-lhes virtudes antidóticas universais e, quantos fossem encontrados, seriam propriedade da Coroa portuguesa. No depoimento insuspeito de Garcia d'Orta: “ha pena de morte apanhalo algua pesoa quando ho acha na praia se não levalo a el Rey.”

A ignorância em relação a sua origem, a raridade de seu aparecimento nas ilhas Maldivas, único local onde então podiam ser encontrados e mais a obrigatoriedade da entrega ao soberano acabaram criando, em torno dessa meizinha, misterioso halo que raiava o sobrenatural. É o que aquele famoso esculápio, amigo de Camões, traduziu na linguagem simples e

objetiva do cientista: "... isto da ao coquo das ilhas mais autoridade." Ilhas Maldivas, evidentemente.<sup>10</sup>

Aqui terminam nossos comentários a respeito das expressões veneno, venenoso e antídoto colhidos em atenta revisão de *Os Lusíadas*. Expressões possivelmente já faiscadas por estudiosos, daqui e do além-mar, no *opus magnum* de Luis Vaz de Camões.

Desconhecemos, porém, monografia que se ocupe do aspecto, por assim dizer toxicológico, dessa epopeia. Desconhecimento aliás justificativo da presente pesquisa, talvez mesmo supérflua se outros tiverem realizado alguma semelhante com mais "engenho e arte".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) MACHADO DE ASSIS — **Poesias Completas**, vol. 18 das Obras Completas de Machado de Assis, W.M. Jackson Inc. Editora, Rio de Janeiro — São Paulo — Porto Alegre, 1957, p. 388.
- 2) BOLTING, R. — **Dicionário Grego-Português**, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1941, p. 577.
- 3) CABANÉS, Dr. — **Remèdes d'Autrefois**, A. Maloine Editeur, Paris, 1905 p. 138.
- 4) CAMÕES, L.V. de — **Os Lusíadas**, Reimpressão "fac-similada" da verdadeira primeira edição dos Lusíadas de 1572. Tipografia da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1921.
- 5) CASTIGLIONI, A. — **História da Medicina**, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1947, p. 508.
- 6) CRAIG, W.J. — **The Complete Works of William Shakespeare**, Oxford University Press, London-New York-Toronto, 1955, p. 792.
- 7) DESCHAMPS, M. d'A. — **Compendium de Pharmacie Pratique**. Gemer Baillière Editeur, Paris, 1968, p. 164.
- 8) DORVAULT — **L'Officine ou Répertoire Général de Pharmacie Pratique**, II ème Édition, Asselin & Houzeau, Paris, 1886, p.
- 9) ORFILA, M. — **Traité de Toxicologie**. Paris, Labé Editeur, 1852. vol. 1º, p. XVII.
- 10) ORTA, G. d' — **Colóquios dos Simples e Drogas e Cousas Medicinais da Índia**. Reprodução "fac-similada" da edição impressa em Goa, em 10 de abril de 1563. Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1963.
- 11) RABUTCAU, A. — **Traité Élémentaire de Thérapeutique et de Pharmacologie**. Adrien Delahaye & Émile Lecronier Éditeurs. Paris, 1884 p. 599.
- 12) SOUBEIRAN, E. — **Traité de Pharmacie**, 8 ème Édition, Paris, 1875. vol. 1º p. 130.
- 13) TORRINHA, F. — **Dicionário Latino-Português**. Porto, Ed. Manaus, 1937, p. 918.
- 14) ————— — **Encyclopaedia Britannica**. Chicago, William Benton Publisher, 1963. v. 20 p. 428.